INCLUSÃO ESCOLAR: UM DESAFIO ENTRE O IDEAL E O REAL

ENEDINA BARBOSA FERREIRA ROCHA

RESUMO
Acerca da inclusão, se tem em mente: preconceito, dificuldades, rejeição, vergonha e repulsa. As pessoas com deficiência têm vivido à margem da sociedade. Estudos mostram que desde quando se deu início aos movimentos que lutaram pela integração e hoje em dia lutam pela inclusão do deficiente, estão com resultados aparentemente andando a passos lentos. Refletindo sobre a importância do assunto surge a necessidade de aprofundar sobre como tem sido feita ou aceita essa inclusão pelos atores principais e como tem sido vista esta imposição da Lei, trazendo o questionamento específico sobre a condição do preparo do docente e a real condição estrutural e emocional do mesmo. Sabemos que ao promover uma educação inclusiva, as escolas podem contribuir para o desenvolvimento integral de todos os alunos e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e por isso, é necessário cada vez mais, Políticas Públicas, que vise garantir esses direitos e também preparar docentes para que esse atendimento seja realmente inclusivo e de qualidade. Concluo que a inclusão de crianças nas escolas regulares do ensino é um processo complexo, envolvendo a garantia do sucesso da aprendizagem em um ambiente harmônico e respeitador colaborando para a construção da cidadania com justiça e dignidade. Este trabalho tem por finalidade refletir sobre a Inclusão Escolar, Um Desafio Entre o Ideal e o Real, fazendo uma divulgação das Políticas de Inclusão, respeitando as leis nacionais e internacionais escritas em documentos.
Palavras chaves: Inclusão Escolar: O ideal e o real, desafios, docentes.

INTRODUÇÃO

As normas educacionais e as leis que trazem a inclusão como assunto em pauta na atualidade, têm deixado docentes, alunos e familiares apreensivos. Pensar em como se adaptar de forma eficiente e eficaz a uma turma diversificada, e fazer com que todos aprendam e se envolvam sem preconceitos ou atitudes de bullying, é no mínimo inquietante em nossos dias.

Com uma visão pedagógica centrada na pessoa em uma aprendizagem significativa como um processo social, em que os pontos fortes e as competências individuais são trabalhadas, este artigo visa observar a Inclusão Escolar, cujo problema de pesquisa foi abordar quais as estratégias devem existir para que o docente se sinta preparado e a inclusão seja efetivada nas escolas diante do cenário atual das escolas?

Esta pesquisa justifica sua existência no desejo de conhecer os pontos de vista do docente atuante com relação ao tema e saber se os mesmos estão realmente comprometidos e preparados para essa nova e bela missão, ou estão simplesmente cumprindo uma obrigação imposta. A razão da escolha do tema é que a inclusão da criança com deficiência, tem sido um aprendizado novo para todos, um desafio entre o real e o ideal.

Portanto, a partir dos pressupostos aqui descritos, como objetivo geral da pesquisa, visa-se conhecer o quanto o docente está ou não preparado para a missão da inclusão no âmbito escolar regular. E os objetivos específicos são: observar se o profissional de ensino está capacitado para lidar e interagir com a inclusão da criança em escolas; refletir sobre quais estratégias os docentes precisam ter para que a inclusão não se torne uma integração na forma passada; analisar qual a melhor forma de capacitar o docente para lidar com a heterogeneidade de desenvolvimentos, capacidades e habilidades, preparando-os emocionalmente e psicologicamente para administrar e solucionar possíveis divergências e complicações que poderão surgir no ambiente diversificado.

O presente artigo foi uma pesquisa qualitativa, através de revisão bibliográfica, buscando refletir a respeito dos vários fatores que contribuem para que ela se realize. A revisão bibliográfica conceituou o tema, buscando referências teóricas a fim de contrastar ideias de autores diferentes sobre o assunto.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A INCLUSÃO
Acerca da inclusão, o tem se em mente: preconceito, dificuldades, rejeição, vergonha e repulsa. As pessoas com deficiência têm vivido à margem da sociedade e através das Políticas Públicas, observa-se o direito à convivência social aos poucos, dando liberdade ao deficiente de circular livremente nos meios sociais, mas, há muito a se fazer e se observar para que essa inclusão não seja deficiente e não ande cambaleante, onde a mudança comece na forma de pensar.
A história da educação especial no Brasil foi determinada por costumes e informações vindas da Europa no final do século XIX. Era comum o abandono de crianças nas ruas, praças, igrejas, e até mesmo acabavam sendo devoradas por cães, outros morriam de fome, sede ou frio. No início do século XVIII, foi criado no Rio de Janeiro e em Salvador a "Roda de Exposto" em São Paulo no século XIX, com isso foi dado o início a institucionalização dessas crianças que eram cuidadas por freiras.
Na década de 30, chega ao Brasil a Psicóloga e Educadora Helena Antipoff, nascida na Rússia, veio para coordenar os cursos de formação de professores no Estado de Minas Gerais. Onde lecionava, criou serviços de diagnósticos e classes especiais nas escolas públicas de Minas Gerais, que mais tarde se alastrou para outros estados.
O sistema público não dava conta da demanda, em 1960 foi observado o acentuado crescimento das instituições filantrópicas, que ofereciam atendimento aos casos mais graves de deficiência mental, foi nessa época que se iniciou o movimento da educação popular, conhecido como "educação para todos". O índice de evasão escolar cresceu consideravelmente já que foi estendida a possibilidade de matrículas às classes populares, sem condições para tal. E aí que se dá início a equação entre o fracasso escolar e a "deficiência mental leve", com a inserção maciça de crianças especiais nas escolas públicas para solucionar a questão.
Nesse caso, acabou que a culpa do fracasso escolar estava no alunado, já que os mesmos, ainda não conseguiam atingir os objetivos escolares, em contrapartida eram capazes de desenvolver outras atividades "ditas normais", como, casar-se e trabalhar, esses eram rotulados como "deficiente mental escolar".
Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Foi a partir de 1970 que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação para governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais. Nesse contexto havia mais de 800 estabelecimentos de ensino especial no Brasil. Em junho de 1973, é criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), primeiro órgão oficial para definir a política de educação especial no país.
Em 1986 é criada a Coordenadoria Nacional Para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, que tem como objetivo coordenar as ações em Educação Especial.
As Diretrizes da Educação Especial, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, de 1987, apontava que:
[...] O aluno excepcional deve ser integrado no processo educacional comum para que possa utilizar-se da melhor maneira possível".
Em 1988, a Constituição traça linhas mestras visando à democratização da educação brasileira, e estabelece que a educação seja direito de todos, garantindo o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na escola regular. Garante aos alunos do ensino regular com princípio de igualdade sem discriminação de qualquer pessoa em razão de sua deficiência.
Em 1989, a LEI FEDERAL 7853, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos das pessoas com deficiência.
Em 1990, foi aprovado no Brasil o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, que reitera os direitos garantidos na Constituição: Atendimento educacional especializado para os portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
O Brasil fez a opção pela inclusão ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomiten na Tailândia, em 1990, essa declaração afirma que todas as crianças têm direito a educação com características, interesses, capacidades e necessidades próprias.
O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no Art. 55, reforça os dispo-

sitivos legais supracitados ao determinar que "Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Em 1994, dirigentes de mais de oitenta países se reuniram na Espanha, inclusive do Brasil, e assinaram a Declaração de Salamanca, um documento importantíssimo que garante os direitos educacionais. Determina que as escolas devam acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais. A presente Declaração proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que os alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso a escolas regulares, tendo como princípio orientador de que "As escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outros" (BRASIL, 2006, p 330).

Em 1998, o Ministério da Educação, lança o documento contendo as adaptações que devem ser feitas no PCN's, a fim de colocar em prática estratégias para a educação de alunos com deficiência.

A convenção de Guatemala 1999, promulgada pelo Decreto 3959/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Em 2003, é implementado pelo MEC, o Programa de Educação Inclusiva: Direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para garantir do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema de Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos dos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistivas e outros.

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas e recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência, na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Anos se passaram, leis se transformaram com o objetivo único, promover a qualidade de vida dos deficientes escolares. Porém, não é o suficiente para tal qualidade, é preciso ir além, romper as barreiras normativas seguindo em frente ao alvo prático.

Desafios da medicação pedagógica na inclusão: real ou ideal?

O processo de educação inclusiva visa uma educação de qualidade não apenas para os que dela necessitam, mas para todos que estão inseridos na comunidade escolar. Com isso o docente precisa buscar recursos que beneficiem a atendam às necessidades de todos da comunidade, com o respaldo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Carta de Salamanca.

Cabe ao Estado a tarefa de buscar novos caminhos para a superação de alguns obstáculos presentes no meio social. "As adaptações curriculares são intrínsecas ao novo conceito de currículo. De fato, um currículo inclusivo deve contar com as adaptações para atender à diversidade das salas de aula e dos alunos". (LANDIVAR, 1999 p 53).

Para que os alunos com necessidades escolares especiais tenham os mesmos direitos que os alunos ditos "normais" é preciso disponibilizar profissionais especializados, com ambientes adequados e adaptados para que essas crianças sejam beneficiadas em amplos

aspectos.
O conteúdo precisa ser adaptado, assim também o currículo para atender de maneira que tenha significado, essa precisa estar em constante adequação e revisão para que sua resposta tenha eficácia.
O trabalho precisa ser em equipe, o Estado juntamente com professores, família, gestores e todos aqueles envolvidos na comunidade escolar durante o processo de ensino e aprendizagem. A escola precisa trocar a prática pedagógica engessada que bem se conhece por uma prática maleável, segura e concreta.
Ainda que a Lei exista, os "muros" também estão presentes, pois, existem docentes que estão sendo obrigados a se capacitar, pois tem a realidade das "Leis" para cumprir. É muito comum encontrar professores despreparados fazendo com que discentes com necessidades escolares especiais sejam apenas inseridos, na sala de aula e não no contexto da escolarização.
Uma maneira de diminuir esse problema é a busca do aprendizado constante através de cursos de especialização, onde o educador inicia uma visão mais clara da situação, começa a desenvolver habilidades para trabalhar com alunos heterogêneos, mas tal procedimento, ainda é bem singular dentro da nossa realidade cultural, mas independentemente dessa realidade o portador de necessidades escolares continua sendo "inserido" nas classes, e por vezes o docente não trabalha de forma eficaz com esse aluno.
Além do professor, todos da escola precisam estar preparados para receber esse cliente, se preparando desde o projeto político pedagógico até a estrutura física do local. Como diz (LIBANEO PIMENTA, 199:249)
Com efeito, o princípio que se tornou o lema e o apelo político da Anfope é conhecido: à docência constitui a base da identidade profissional de todo educador, todos os cursos de formação do educador deverão ter uma base comum: são todos professores.
Muitas são as dificuldades encontradas pelo professor, muitas vezes seu espaço físico tem entre outras divergências, problemas comportamentais, problemas com assimilação de conteúdo, um grande desafio diante de uma enorme falta de valorização. Devido a sua grande responsabilidade é necessário prepará-los adequadamente de modo que possa atuar com todos os alunos.
Ainda Marcelo Garcia (199, p. 193) define o seu entendimento sobre formação continuada da seguinte forma:
[...] deve ser entendido como um processo de aprendizagem mediante o qual alguém (professores, diretores) deve aprender algo (conhecimentos, competências, disposições, atitudes), num contexto concreto (escola, universidade, centro de formação) implica um projeto, desenvolvimento e avaliação curricular. O currículo, neste caso, refere-se à planificação, execução e avaliação de processos formativos, tendentes a melhorar a competência profissional dos professores.
Na LDB artigo 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
Os pais precisam matricular seus filhos nas escolas sem discriminação da unidade que o recebe independente de sua deficiência, a escola tem que se preparar para receber essas crianças sem que seus pais se sintam constrangidos de deixá-los naquele ambiente.
A tecnologia assistiva é o nome utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais das pessoas com deficiência e, consequentemente, promover vida independente e inclusiva.
O decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 cita quais são os recursos garantidos às pessoas com deficiência e entre eles encontramos:

Equipamentos, maquinários e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para o uso por pessoa portadora de deficiência;

Elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoais necessários para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa portadora de deficiência;

No Brasil, o comitê de Ajudas Técnicas – CAT propõe o seguinte conceito: "Tecnologia assistivas é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos metodologias, estratégias,

práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social" (PORTARIA Nº142, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006 do CAT).
Os recursos são todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob medida utilizada para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência.
Faz-se necessário que haja uma equipe multidisciplinar e que na mesma exista uma soma de conhecimentos setorizados de forma que cada profissional possa colaborar igualmente no processo de inclusão, cada um com seu conhecimento específico.
O trabalho em equipe oferece maiores chances de aproveitamento de conhecimento através de trocas mútuas de experiências permitindo que a teoria se transforme em prática.
Com o trabalho dos profissionais como: fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais auxiliam no crescimento de cada aluno em tratamento solicitando relatórios, avaliações, técnicas, métodos e estratégias de ensino, para o desenvolvimento da linguagem e o desenvolvimento físico.
O docente necessita do apoio da equipe multidisciplinar para melhor qualidade do ensino, recebendo orientações sobre a deficiência e as formas de adequar seu trabalho para isso são necessárias que esteja claro os tipos de deficiência.

A Realidade da Inclusão

Deparamo-nos com frequência com a angústia dos professores, direção e pais buscando respostas que apresentem soluções para a socialização e aprendizagem das crianças com necessidades especiais. Mas a angústia dos professores vem aumentando a cada dia por medo do novo e falta de preparação acadêmica para atender estas crianças em relação ao atendimento pedagógico.
Nota-se até mesmo no diálogo com os professores através das suas falas as dificuldades, o preconceito, os seus medos e frustrações como "não sou capaz desse desafio a mim confiado, pois não sei por onde começar".
A verdade é que o sistema de ensino atual foi obrigado a aceitar estas crianças com dificuldades, porém não apresenta condições adequadas para educação dos mesmos.
Para acontecer a inclusão de fato não basta estar garantido na legislação, mas demanda notificações intensas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças devem levar em conta o contexto socioeconômico, além de serem gradativas, planejadas e contínuas para garantir uma educação apropriada. Muitos caminhos ainda devem ser traçados para tornar a inclusão realidade.
Focando na formação profissional do professor proporciona subsídios e melhorias no processo de ensino aprendizagem. Utilizar currículos e metodologias flexíveis levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e aluno. Avaliar de forma contínua e permanecer dando ênfase na qualidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação.
Logo a inclusão não depende somente da mudança da escola, mas da transformação de valores da sociedade e da vivência de um novo paradigma que não se faz com simples recomendações técnicas, como se fossem receitas de bolo, mas com reflexões dos professores, diretores, pais, alunos e comunidade.
É necessário que todos estejam abertos, mas não só para escutar, como também para o envolvimento da causa, trazendo novas propostas e desenvolvimento, ações que venham a modificar e orientar as formas de se pensar na própria inclusão.
De acordo com Mantoan (2003), a inclusão nunca acontecerá enquanto a sociedade se sentir no direito de escolher quais serão incluídos. É preciso vencer preconceitos. Pois a inclusão sempre foi assunto de debate e nunca foi uma tarefa fácil, tanto para o sujeito a ser incluído, como para os educadores que irão recebê-los. É necessário um novo olhar, ter uma prática pedagógica reflexiva, posicionar-se diante dos momentos conflituosos de forma consciente, buscando uma educação comprometida com a realidade.
O que se pretende com a educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou

intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) é, principalmente, garantir (o que deve constar dos projetos políticos pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tornando-se as previdências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida na escola (CARVALHO, 2005, P.27).
Na concepção de Ferreira (2005), a verdadeira inclusão escolar visa garantir o ingresso e a permanência do aluno na escola, mas a situação está adversa. Os professores sentem-se incapazes de dar conta dessa nova clientela, muitas vezes despreparados e importantes frente a essa realidade apresentada que é agravada pela falta de material adequado e de apoio administrativo e recursos financeiros.
Para Montoan (2003), o sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade. Portanto, o educador deverá desenvolver um bom trabalho no processo de construção de uma educação inclusiva. É necessário ocorrer mudanças nas questões de gestão escolar, na estrutura física da escola, pois não basta garantir somente na legislação, é necessário valorizar o professor em sua prática e efetivar as políticas, sendo da teoria para a prática.
De acordo com Figueiredo (2002), para implantação de uma política de inclusão, não basta ampliar vagas para pessoas com necessidades especiais. É preciso dar garantias de que possam continuar indistintamente e que pode ser repensada em função das novas demandas da sociedade atual e das exigências desse novo aluno. Como afirma Carvalho (2005), pensar na inclusão dos alunos com deficiência nas classes regulares sem oferecer-lhes ajuda e apoio de educadores que acumulam conhecimentos e experiências específicas, podendo dar suporte ao trabalho dos professores e aos familiares, é o mesmo que fazê-los contar, seja com número de matrícula, sejas com mais uma carteira na sala de aula.
Sendo assim, à medida que temos uma posição de respeito frente às diferenças humanas, sejam elas de que ordem for, vamos delineando espaços em que as posturas de agregação vão perdendo campo de atuação deixando de influenciar as práticas pedagógicas discriminatórias. Decorre deste pensamento que: "O respeito, à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros." (FREIRE, 2002, P.66).
Ao analisarmos a realidade, não temos nenhuma dúvida de que devemos ter direito a uma educação de qualidade, mas apenas incluir alunos especiais não é inclusão, precisamos de investimentos e de uma grande reforma educacional.

Viabilizando uma gestão escolar inclusiva
A terminologia "pessoa com deficiência", a qual, segundo Sassaki (2005), é usada pela grande maioria dos estudiosos do assunto, escolas e sociedade, é cada vez mais inclusiva. O autor ressalta que, de acordo com a Declaração de Salamanca (1994), os termos "pessoa com deficiência" e "pessoa sem deficiência", estão ligados ao direito, às escolas e sociedade inclusivas para todos, tenham ou não algum tipo de deficiência.
O autor comenta que a terminologia "portador de necessidades especiais" utilizada desde a promulgação da Constituição Federal (1988) até 1993, traz um aspecto pejorativo, pois sugere que a pessoa, nesse sentido porta, ou seja, "Carrega deficiência", quando a" deficiência" deve ser um detalhe da pessoa.
Nesse olhar Macedo (2006), apresenta a "escola de ontem" como ambiente de exclusão, pois seus profissionais atuam de forma facetada, não levando em conta as diversidades existentes no ambiente escolar. Por isso aqueles que não assimilaram o conteúdo eram excluídos, por vezes convidados a se retirarem do estabelecimento de ensino. Então, para o autor, a "escola de ontem", acredita que seu aluno não atendia a expectativa, sendo o problema do aprendizado do discente e não do ensino ou do docente.
Por esse e inúmeros outros motivos que é de suma importância o trabalho do gestor escolar. A responsabilidade não é somente do docente e sim do corpo pedagógico por inteiro, o norteamento deve ocorrer dentro e fora da sala de aula.
Segundo Macedo (2006), nessa escola, havia um grande vácuo entre a prática e a reflexão,

ou seja, muitos profissionais da educação atuavam pautados em apenas teorias, enquanto outros se baseavam apenas na sua experiência para realizar as práticas em salas de aula para viver o seu dia a dia.

Tais ações, contudo, não foram capazes de atender às demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais, que com o passar das décadas, se tornaram cada vez mais multifacetados. Surgia então, a necessidade de os estabelecimentos de ensino atenderem a todas as demandas, para que todos os educandos cada um com suas diversidades tenham a oportunidade de aprender e produzir como qualquer outro.

Nesse sentido, Araújo (2008, p20) afirma que: a inclusão é percebida como responsabilidade coletiva da comunidade escolar. Nesta perspectiva, todos são responsáveis pelo êxito ou fracasso de cada aluno. O corpo docente e não cada professor deveria partilhar a responsabilidade do ensino ministrado às crianças com necessidade especiais.

Para atender essa diversidade, as escolas tiveram que, urgentemente, começar a se organizar e se preparar para receber os alunos com deficiência, só assim os alunos com "deficiência", que apresentassem necessidades educacionais especiais, seriam incluídos nas escolas de forma participativa, valorizando suas diferenças e trabalhando com elas.

Nas palavras de Pires (2008, p84),

"A escola [...] tem o dever de incrementar a todos os níveis, uma ação educativa multifacetada que combata a segregação e a exclusão escolar. O dever de, perante as necessidades educativas especiais de os alunos terem um motivo forte para melhora, em suas várias vertentes na intervenção educativa".

Em âmbito nacional, as propostas de inclusão escolar definidas pelas políticas educacionais brasileiras representam os interesses da sociedade organizada, e espelham as concepções políticas organizacionais referidas pela Declaração de Salamanca (1994). Está reafirmando e valorizando a diversidade como um ponto de enriquecimento do processo educacional, desta forma tem provocado mudança na gestão escolar, investigando uma reestruturação da educação assim beneficiando todo aluno.

Visto o quadro que se ergue a partir do processo de inclusão das crianças com necessidades escolares especiais na rede regular de ensino, espera-se que tais ações responsabilidades e funções da gestão escolar. Nesse sentido, Tezani (2004) afirma que:

"Atração escolar atravessa hoje em muitos países uma fase de profunda transformação, essa transformação traduz-se em diferentes medidas que tem por objetivo: alargar e redefinir o conceito da escola; reconhecer e reforçar a sua autonomia; promover a associação entre escolas e a sua integração em território educativo mais vasto; adaptar modalidade de gestão específica e adaptadas à diversidade das situações existentes". (TEZANI, 2004, p. 73)

Anísio Teixeira acreditava que a escola deveria ser capaz de nortear os cidadãos para o sentido da democracia e igualdade. Devendo ainda ser fator de mudança social.

Nesse sentido, Teixeira (1997, p. 86) afirma que

"A escola deve fornecer a cada indivíduo os meios para participar, plenamente, de acordo com suas capacidades naturais, na vida social e econômica da civilização moderna, aparelhando-o, simultaneamente, para compreender e orientar-se dentro do ambiente em perpétua mudança que caracteriza esta civilização".

Os gestores precisam viabilizar o atendimento para que as dificuldades de aprendizagem dos alunos deficientes sejam sanadas igualmente aos outros. As classes comuns precisam disponibilizar profissionais capacitados e especializados para o atendimento dos alunos deficientes, essas crianças são distribuídas pelas salas de forma que todos se beneficiem das diferenças e possam ter experiências agradáveis.

Quando esses discentes mesmo com o acompanhamento e adaptações não alcançarem os objetivos traçados, as escolas fornecem uma certidão de conclusão que é conhecida como terminalidade específica, com fundamentos na avaliação pedagógica, com o histórico apresentando as habilidades e competências atingidas pelo aluno com grave deficiência mental ou múltipla.

O pedagogo tem um papel de suma importância para que a inclusão seja uma realidade, esse profissional deve estar preparado para o novo sendo sensível diante da dificuldade

encontrada e sempre buscando a excelência.
No artigo 59 da LDB, inciso 3, nos diz que os professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns.
Ainda que exista a lei, existe uma barreira, pois muitos profissionais estão sendo convidados a fazerem uma reciclagem para aceitarem melhor essa realidade. É comum encontrarmos em nosso País, gestores despreparados fazendo com que esse aluno não esteja inserido no ambiente educacional corretamente.
Além dos professores, todos da escola precisam estar preparados para receber esse indivíduo e cabe ao gestor estimular o desenvolvimento de um projeto político pedagógico que inclua essa clientela especial, esclarecendo sobre as necessidades especiais destes.
A capacitação do profissional deve permitir a superação das deficiências de maneira que possa desenvolver e praticar habilidades e competências para que seja eficaz. Contudo, o que se observa é que para essa mudança ocorrer é preciso ir além, além de capacitações e especializações, é preciso sentir, viver.
O Professor precisa estar sempre atualizado e o gestor ainda mais, com a globalização tudo é muito efêmero, também é necessário a participação, sempre mais disposto a ouvir, entender e desenvolver a bagagem trazida pelo discente.
Nesse trajeto o papel da família é muito importante para o desenvolvimento do deficiente, pois pode facilitar, o convívio social desse indivíduo na comunidade que pertence, o papel do gestor nessa fase é a conscientização para que a criança possa participar das atividades da comunidade que vive e em seu entorno, dentro de seus limites.
Quando a família está à espera de uma prole, se deseja que esta seja saudável e de formação perfeita, porém quando isso não acontece, a família se abala, muitas vezes a notícia vem ainda quando o bebê está no ventre.
Conviver com essa novidade não é uma tarefa fácil, com isso vem, o inevitável, luto. A rejeição, por vezes chega, e a fé se abala em muitos casos, os planos são modificados, o impacto é extremo, ainda que a família seja bem estruturada, os sentimentos oscilam entre a alegria e o sofrimento de ter uma parte "diferente".
A aceitação familiar é o início de uma integração social, pois é dentro de seu lar que se inicia a formação de cidadão e influência em seu caráter. Sendo ela o pilar de construção de nossos conhecimentos e o primeiro grupo social do qual o ser humano faz parte e irá construir sua identidade.
Após o luto, a corrida em busca de conhecimento é inevitável, o processo de desenvolvimento de alguns casos é lento, gerando ansiedade pela parturiente e seus familiares, os primeiros passos, os primeiros fonemas podem demorar a vir e por vezes nem acontece.
Para o melhor aproveitamento do processo o estímulo é fundamental, com os profissionais necessários para esta caminhada. O trabalho da família em conjunto com os profissionais é fundamental para o sucesso de qualquer tratamento, pois muitas vezes a família é um gancho que o profissional precisa para fluir.
Durante a vida passará por situações preconceituosas, por seres que têm dificuldades de aceitar o diferente, mesmo com todo o trabalho da mídia de abordarem sobre esse assunto, ainda há uma grande recusa, a mudança de postura da comunidade é um passo fundamental para o progresso dessa população. A inclusão dessas crianças na escola vem se transformando ao longo da história, e a colaboração e presença da família é muito importante.
Na equipe multidisciplinar, há uma soma de conhecimentos setorizados de forma que cada profissional possa contribuir igualitariamente no processo de inclusão, cada um com seus conhecimentos específicos.
O trabalho em equipe oferece maiores oportunidades através de trocas e permitindo uma socialização completa. O professor da sala de recurso multifuncional deve atuar como docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o atendimento constitucional especializado, atuar de forma conjunta com o docente da classe regular para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso de desse alunado com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação a comunidade escolar em que está inserido, de ensino regular.

O poder público deve assegurar aos alunos públicos-alvo da educação especial o acesso ao ensino regular e adotar medidas para a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e nas comunicações que impedem sua plena e efetiva participação nas escolas da sua comunidade.
Embora autônomo, é necessário que o trabalho de gestão seja democrático, participativo, para que o trabalho de todos os profissionais e da comunidade seja valorizado, a também para que a direção não permaneça apenas no campo das ideologias, mas passe a realizar ações e atitudes.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a inclusão escolar feita na forma de lei e com professores capacitados, que exerçam suas funções com respeito, solidariedade e amor é capaz de desenvolver uma inclusão integral, isto é, não apenas conscientizar o ambiente escolar, mas também todo seu entorno: trazendo uma inclusão social, beneficiando a todos.
O objetivo da inclusão bem-sucedida para formar cidadãos, para tanto se faz necessário, planejamento, profissionais qualificados e acessibilidade, garantindo uma educação de qualidade.
A inclusão ainda não acontece como determina a lei, mesmo depois de longos anos sendo o assunto abordado, discutido, estudado, mas ainda sim muitas barreiras já foram quebradas, muito já se fez, embora, muito ainda há de se fazer.
A cada dia o número de crianças com necessidades escolares especiais está aumentando, por esse motivo a sociedade num todo precisa se preparar para receber essa clientela. A consequência e rastro que o ZIKA VIRUS está deixando, nos mostra o quanto de trabalho temos pela frente, a postura da sociedade precisa ser alimentada de forma nutritiva em relação aos deficientes.
Formar cidadãos solidários é o desafio que os professores e gestores têm, para que esses possam conviver com as diferenças sem sentir diferença, a escola deve ser o ambiente onde essas crianças desenvolvam a sua autoconfiança para melhor promover a igualdade de direitos. A educação no Brasil irá avançar com uma escola inclusiva, justa e democrática.
Com trabalho árduo, intenso, nas várias etapas do ensino como. Educação infantil, ensino fundamental, médio e superior o resultado será a médio e longo prazo, mas ele chegará e quando chegar terá um Brasil para todos, onde a inclusão será feita de forma espontânea e singular.
Considera-se, portanto, sobretudo que esta pesquisa tenha colaborado para uma melhor visão de uma escola para todos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Jaqueline (org). Para além do fracasso escolar. Campinas, SP: Papirus, 1997.
ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. Temas em psicologia, v. 2, p. 63-70, 2002.
BELISÁRIO, J. Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP. 2005.
BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Educar na Diversidade. Brasília, 2005.
_____. Saberes e Práticas da Inclusão: Educação Infantil. Introdução. Brasília, 2004.
BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e formação de professores: Generalistas ou especialistas? Revista Brasileira de Educação Especial. 1999; 3(5): 7-25.
BUCCIO ISABEL MARIA, BUCCIDAU GUSTINHO PEDREO. Educação especial uma história em construção. Editora IBPEX CDO 3 71.9 20.Ed.
CARNEIRO, R.; ABAURRE, N.W.; SERRÃO, M.A. Transversalidade e Inclusão: Desafios para o Educador. Rio de Janeiro: Ed.Senac Nacional, 2003. 208 p.
CROCHIK, J. L. (2002). Apontamento sobre a educação inclusiva. In Santos, G. A. & SILVA, D. J. (org.).
CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação Educacional Brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
GLAT, R, FERNANDES, E. F. Da educação segregada a educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Revista Inclusão: MEC/SEESP. 2005; 1 (1).
GURGEL, Thais. Inclusão: só com aprendizagem. In: Revista Nova Escola. Editora Abril, nº 206, 2007.
MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão esco-

lar o que é? Como fazer? Summus editorial, 2015.
MAZZOTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1999.
MENDES, I. G. Perspectiva para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M.S.; MARINS, S.C. (Orgs.). Escola inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, 2002.
_____. Políticas públicas: articulação com a produção científica em educação especial. Revista Brasileira de Educação Especial, V6, N1, 2000.
ONU. Declaração Universal dos Direitos do Homem. Assembleia Geral das Nações Unidas, 12, 1948, Genebra, 1948.
PACHECO, J. Caminhos para a Inclusão: Um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2006.
ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeito? In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P.41-45.
SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
UNESCO. Declaração Mundial da Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.